



TÁTICAS E ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS Intervenções urbanas em áreas negligenciadas e/ou abandonadas em Salvador/Bahia

Autores:

João Marques dos Santos Neto - UFBA - marquesneto1970@gmail.com

José Carlos Huapaya Espinoza - UFBA - jhuapayae@gmail.com

Resumo:

Este artigo trata de dois fenômenos urbanos contemporâneos em Salvador/Bahia: o primeiro é aquele onde pessoas comuns e de classe criativa intervêm no espaço urbano de forma pontual em áreas abandonadas ou ocupadas, negligenciadas pelo poder público, dando-lhes um novo significado e uso, aproximando-se assim das “táticas” de Certeau (1994). O outro fenômeno são as estratégias empregadas por aqueles que utilizam o estado como instrumento de poder para enfraquecer e controlar as táticas, incentivando ações coletivas de intervenções pontuais sob a égide do “faça você mesmo”, diretriz definida pelos defensores do “estado mínimo”.



TÁTICAS E ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS

Intervenções urbanas em áreas negligenciadas e/ou abandonadas em Salvador/Bahia

INTRODUÇÃO

O século XXI traz consigo um ciclo de mudanças em diversas esferas da sociedade, as quais se apresentam com uma velocidade maior do que a nossa percepção pode dar conta, sobretudo à realidade que nos cerca. O recrudescimento da crise econômica mais evidenciada nos países sul-americanos, associada em muitos dos casos à corrupção, a falta de segurança e a má gestão pública, reduz propositadamente a capacidade dos investimentos públicos. Algumas das consequências deste cenário se refletem no crescente abandono do espaço público, e mais especialmente em áreas pontuais, a exemplo de praças e jardins que se apresentam negligenciadas ou completamente abandonadas.

Ainda, não podemos deixar de mencionar as desigualdades sociais no espaço urbano que mostram os conflitos e tensões entre os detentores do poder e do controle social e aqueles excluídos ou menos favorecidos. Nesses espaços encontramos diversas contradições do poder público, a exemplo dos altos investimentos em empreendimentos rentáveis ao capital privado como prédios corporativos, shoppings centers e condomínios fechados e; também, os desinvestimentos nas áreas abandonadas e nos terrenos vagos ocupados por certos grupos de pessoas que não tem um lugar para morar. Os moradores em situação de rua tomam conta do espaço público, as favelas vão comprimindo os espaços entre bairros ditos nobres, resultando na instalação destas pessoas nos espaços vazios ou abandonados; outros grupos residem em espaços precários, onde observamos a ausência de saneamento básico, infraestrutura urbana e até mesmo a falta de espaços coletivos de lazer, os que de maneira geral não atendem as demandas sociais dos menos favorecidos.

Diante da iminência do caos urbano e ambiental neste início de século, os cidadãos estão agindo por conta própria na tentativa de sanar demandas urgentes propondo intervenções pontuais no espaço urbano. Boa parte destas ações são criadas em alguns lugares e replicadas em outros, outras se restringem a uma localidade específica.

Como exemplo temos: melhoria pontual de espaços abandonados (terrenos baldios, ruas abandonadas, becos etc.), calçadas, praças, bibliotecas e hortas comunitárias, cinema ao ar livre, pequenas reformas de casarões abandonados (tudo isso a baixo custo financeiro e sem a anuência oficial do estado).

Essas ações constituem-se em instrumental de sobrevivência em situações urbanas críticas com os mais diversos "artifícios" para enfrentar as cercas e os regulamentos na ocupação e apropriação desde o ponto de vista social do espaço urbano e incluso privado. Assim, essas operações de reconquistas dos territórios urbanos, movidas contra as

regulamentações administrativas e a urbanização excludente do capital, são manobras ou artifícios que se reinventam constantemente de maneira tática (CERTEAU, 1994).

O espaço urbano passa a desempenhar um papel estratégico na reprodução do capital, especialmente quando o reconhecemos restrito a certos grupos de interesse. E dentro deste contexto político, o estado (representando a biopolítica) se apresenta como um interlocutor fundamental entre os agentes na produção deste espaço. Nesse sentido, o estado através de certos instrumentos, como por exemplo, os investimentos de infraestrutura, acabam por não atender as classes menos favorecidas, mas ao contrário, beneficiam e servem ao setor privado. Como uma moeda de troca, vende-se a cidade como o produto de consumo (VAINER, 2000).

O controle do estado se dá por aqueles que defendem as práticas neoliberais através do uso de estratégias para se consolidar no poder com o discurso do estado mínimo, acirrando as desigualdades, resultando no desvio do seu papel principal de ser um ente garantidor e promotor do equilíbrio no cumprimento das demandas sociais.

TÁTICAS CONTEMPORÂNEAS

Esta nova paisagem urbana apresenta uma segregação espacial¹ que é defrontada pelos artifícios de sobrevivência, e que denominamos aqui de “táticas” ou “práticas urbanas inventivas”, desenvolvidas pelos mais vulneráveis, conforme evidencia Cerateau (1994), onde o homem comum está sempre inventando e recriando o cotidiano, revelando uma atuação ativa na elaboração de táticas com os diversos caminhos que compõem a complexa malha da vida cotidiana. Podemos, neste caso, inferir que estas práticas se convertem em inúmeros artifícios aos quais Deleuze e Guattari (1995) denominam de “máquinas de guerra”, que se contrapõem ao aparelho estatal:

Quanto à máquina de guerra em si mesma, parece efetivamente irreduzível ao aparelho de Estado, exterior a sua soberania, anterior a seu direito: ela vem de outra parte (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p. 67).

Um indivíduo pode como alternativa, fazer uso das possibilidades existentes, e promover as mudanças que necessita para sobreviver e mudar a organização do espaço a seu favor, conforme aponta Santos (1998) em sua discussão sobre técnica, espaço e tempo chamando a atenção para o “homem comum” ou “homem lento”, pobre, do lugar, que, no ambiente das cidades, acaba resistindo às forças verticais, externas deste processo patrocinado pelo sistema produtivo capitalista. Estes indivíduos (ou marginalizados e vulneráveis) se movimentam no espaço urbano “iluminado” transformando-o e criando situações favoráveis, ou seja, os obstáculos impostos a eles não se tornam um impedimento

¹ Segundo Villaça (2001), há diversos tipos de segregação social convivendo em uma cidade: “o mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua como um mecanismo de exclusão (VILLAÇA, 2001, p.148).

ao avanço dessa apropriação, mas ao contrário, as suas ultrapassagens se tornam os elementos constituintes da “máquina de guerra”.

A máquina de guerra tem como principal característica a operação das táticas fora do aparelho do estado e da economia corporativa, além de permanecer à margem dos dispositivos de estruturação e controle deste espaço urbano.

Assim, desta maneira, as táticas não dispõem de dispositivos de planejamento e coerção: suas ações são ditadas pelas necessidades de sobrevivência individual ou coletiva, o que se instrumentaliza na conquista gradual da infraestrutura urbana, quando o morador em situação de rua, por exemplo, usa a torneira de uma casa abandonada ou ocupa áreas junto aos viadutos e faz ligações clandestinas de luz; o ambulante toma para si o trecho de calçada.

Sob o discurso da falta de políticas públicas urbanas, crescem diversas ações mitigadoras para transformar o espaço urbano, especificamente o espaço público, em um local mais democrático para todas as pessoas. Algumas ações se apoiam neste argumento, porém o que não está claro é se elas podem ser consideradas como táticas, nos termos defendidos por Certeau (1994). Dentre elas destacamos²: *post-it-city* (LA VARRA, 2001)³, práticas urbanas criativas (ROSA, 2011), “micro-planejamento urbano” (ROSA, 2011), *placemaking* (KENT, 2011)⁴, *occupy*⁵, *temporary city* (BISHOP et al, 2012), *guerrilla urbanism* (HOU, 2010), *insurgente public space* (HOU, 2010), *selfmade city* (RING, 2013), *handmade urbanism* (ROSA et al, 2013), *efemeral urbanism* (MEHROTRA, 2014)⁶, “acupuntura urbana” (LERNER, 2005), “acciones urbanas”⁷ e urbanismo tático ou *tactical urbanism* (LYDON et al, 2015).

ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS

A partir de Certeau (1994) compreendemos que quem detém o poder (a biopolítica) se utiliza de diversas estratégias. Estas estratégias, até então, são artifícios utilizados para serem empregados a serviço do sistema de forças predominantes (defensoras do estado mínimo) que fazem parte do sistema capitalista pós-industrial. As estratégias também servem de base para uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta (CERTEAU, 1994).

O estado tem os instrumentos de captura (estratégias) que são constituídos para se apropriarem das máquinas de guerra, a sua função principal é enfraquecer e controlá-las. Instaura-se um processo de captura dos fluxos, trajetos fixos em direções bem definidas que limitam a velocidade e que medem os detalhes destes movimentos (DELEUZE; GUATTARI,

² Termos organizados por Balem (2017).

³ Nome da publicação de Giovanni La Varra, e lançada em 2001.

⁴ Ethan Kent, sociólogo e vice-presidente do *Project for Public Spaces* (PPS).

⁵ O *Occupy Wall Street movement*, iniciou-se em 2011 como protesto pela desigualdade social-econômica causado pela crise de 2008. A proposta foi seguida em mais de 90 países em quase mil cidades do mundo.

⁶ Pesquisa em andamento coordenada pelo prof. Rahul Mehrotra, da Harvard University, publicada parcialmente no livro *The case of the Kumbh Mela in India*, em 2014.

⁷ Manifestações espontâneas de melhorias do espaço público.

1997). É para isso que o estado atua quando está a serviço do capital especulativo, para decompor este movimento e regular a sua velocidade.

Pensando em políticas públicas neoliberais para o espaço urbano atual é fundamental a análise da dinâmica espacial e da lógica do planejar este espaço quando as estratégias estão vinculadas à expansão capitalista do território e ao papel da arquitetura como mola propulsora deste avanço corporativo por todo o espaço urbano. Neste caso, a arquitetura e o urbanismo funcionam como dispositivos importantes para o avanço do neoliberalismo no mundo com o incentivo de se produzir grandes obras de infraestrutura de projetos de parceria público-privadas que trazem equipamentos culturais para áreas de visibilidade importante e conseqüentemente o avanço do mercado imobiliário. Esse processo de neoliberalização do urbanismo faz parte de uma lógica global de expansão capitalista que nos últimos anos chegou ao Brasil e que ainda, ao nosso ver, está em seu estágio inicial.

Sob este fundamento a lógica se direciona para a exclusão social em diversos níveis, e o que é pior: se utiliza de um discurso positivo de melhorias sociais urbanas para os mais vulneráveis, consolidando o controle biopolítico do homem.

O neoliberalismo⁸ (capitalismo pós-industrial) e o espaço urbano se articulam, quando ocorrem mudanças no ambiente construído. Mas não mudanças na melhoria deste espaço como função social, mas àquelas que beneficiam ao capital financeiro.

Parte-se da ideia de que o espaço urbano contemporâneo é sintonizado ao neoliberalismo e sua lógica garante a primazia dos mercados na reprodução social através do estado. O fenômeno neoliberal se torna um elemento chave na dialética sociedade-espaço, sendo um processo social aglutinador e determinante de processos diversos, que interliga dinâmicas variadas e dá o tom da produção do espaço, conforme analisa Lefebvre (1992).

Não se trata de propor totalidades – que os processos urbanos hoje são todos vinculados ao neoliberalismo – mas de encontrar ligações: como e onde elas ocorrem? através de quais agentes? com quais conseqüências?

A reestruturação global implica uma verdadeira redistribuição de poder, do controle do espaço urbano, entre novos atores sociais. Com o estado em retirada, com a crescente

⁸ Apesar de alguns intelectuais afirmarem que não houve liberalismo no Brasil (SAFATLE, 2018) e sim capitalismo de Estado. O Brasil juntou-se ao sistema financeiro internacional, a partir da década de 1990, quando desregulamentou, a partir da gestão Collor empreendendo mudanças até o atual governo (2018), por exemplo, a sua economia. A desregulação é um dos meios pelo qual o estado brasileiro impulsionou a globalização econômica garantindo os direitos do capital global, já que o estado passa a funcionar como garantidor último dos direitos do capital visando a organização e gestão de um sistema produtivo e financeiro em escala planetária como foi o caso dos planejamentos estratégicos implementados no país desde 2014 para os megaeventos da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016; ou seja, mesmo não reconhecendo elementos neoliberais na política de estado, reconhecemos que o Brasil implantou uma cidade neoliberal globalizada.

inviabilização de políticas urbanas e regulamentações, as grandes corporações e as populações excluídas entram em conflito aberto na cidade.

Na economia globalizada, os aparelhos de captura têm uma nova tarefa: organizar conjunções de fluxos cada vez mais decodificados. No capitalismo, com a generalização da circulação, esses fluxos transbordam sem parar. Com a globalização, o próprio capitalismo intensifica a produção de fluxos e a desmontagem dos antigos aparatos de dominação e contenção. Para Certeau (1994) esta dominação e contenção permeiam as relações de poder de forma sutil:

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de 'consumo': esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. (CERTEAU, 1994, p. 39)

O Fundo Monetário Internacional (FMI) também identifica e defende diferentes estratégias para apoiar e complementar o projeto neoliberal em diferentes regiões e tipos de cidades segundo os estudos de Lenain (2004). Suas propostas para as cidades informais, desreguladas, vulneráveis e em crescimento acelerado do mundo subdesenvolvido combinam o neoliberalismo com uma forte ênfase na mobilização de energias populares, da economia informal ou social, e valores comunitários. Nessas cidades, então, atribui-se um papel fundamental ao neo-comunitarismo na sustentação do neoliberalismo.

Neste sentido, é possível dizer que um novo tipo de capitalismo permeia esta lógica de autogestão, o chamado capitalismo cognitivo, onde a produção cotidiana do mercado vem construindo redes de trabalhos voltadas para os setores criativos e sociais. Para Lazzarato (2006) em entrevista à revista "Carta maior", a gestão do conhecimento no contexto do capitalismo cognitivo, é representada pelo trabalhador que se auto gerencia, quando ele se torna o empreendedor dele mesmo, incentivado por uma ideologia de que cada um tem que ser responsável por si mesmo, sendo este o responsável por transformar os investimentos sociais em gastos para o capital humano. Desta forma, Lazzarato (2006) nos diz que:

Todas as relações sociais são vistas como sendo funcionais ao aumento do capital humano do indivíduo. A escola, o serviço, a aposentadoria, a saúde, não são mais serviços sociais, mas investimentos dos indivíduos e, nessa lógica, têm de ser privatizados. A forma de controle passa pelo fato de o indivíduo tornar-se explorador dele mesmo (LAZZARATO, 2006, p. 1).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA DAS INTERVENÇÕES EM ÁREAS NEGLIGENCIADAS E/OU ABANDONADAS

A cidade torna-se um espaço legislado e legislador, já que as regras são impostas pelos dispositivos que a controlam. Estes dispositivos fazem parte do estado, que legisla, condiciona e determina o fluxo destas intervenções, sendo que elas acabam provocando conflitos por estarem fora da legislação. Um dos maiores problemas que ocorrem nestas intervenções urbanas pontuais, está no fato de que, sem uma legitimação institucional, sob a égide apenas do “faça você mesmo”, as suas ações acabam perdendo força por conflitos entre os autores coletivos e o estado, conforme argumenta Brenner (2016)⁹, ao se dirigir a uma dessas ações: o urbanismo tático.

Em termos jurídicos, não existe regulamentação e legitimação sobre se intervir pontualmente por conta própria no que está abandonado, inutilizado ou subutilizado nestes espaços. O Estatuto da Cidade (Lei nº10.257/2001) traz grandes avanços em relação às políticas urbanas sociais, porém, torna-se omissivo em relação a esta questão.

Assim, estas intervenções pontuais que ocorrem por exemplo, em áreas privadas, passam a se enquadrar na categoria de crime conforme nos diz o Código Civil: “o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha” (Art. 1.228).

Além disso, ainda que o Estatuto da Cidade demonstre que a política urbana deva priorizar a função social da cidade e da propriedade, ordenando e controlando o uso do solo, “de forma a evitar [...] a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização [...] [e] a deterioração das áreas urbanizadas” (Art. 2º, VI), poucas são as garantias que fornecem aos articuladores destas intervenções pontuais o direito implícito que têm sobre os lugares abandonados ao conferir-lhes funções sociais. Lugares abandonados ou negligenciados não cumprem, assim, seus objetivos. Desta maneira, a “ilegalidade” mina todos estes projetos de intervenção pontual no espaço.

MOVIMENTOS DO “FAÇA VOCÊ MESMO”: TÁTICAS DA MÁQUINA DE GUERRA?

As ações de urbanismo “faça você mesmo”, se enquadram em um conjunto de práticas que envolvem a elaboração de “protótipos” urbanos funcionais de “baixo custo” com caráter “efêmero” ou “permanente”, mas invariavelmente engajadas na ativação de um espaço público da cidade.

⁹ O urbanismo tático geralmente promove uma visão de base, participativa, prática e de “faça você mesmo” de reestruturação urbana, na qual aqueles que são mais diretamente afetados por uma questão mobilizam-se ativamente para enfrentá-la, podendo, ainda, mobilizar-se continuamente para influenciar a evolução dos métodos e das metas necessárias de alcance (BRENNER, 2016, p.9).

Boa parte destas ações são desenvolvidas em alguns lugares e reproduzidas em outros; outras se restringem a uma localidade específica. Se estas práticas têm um caráter espontâneo, sendo mediadas por "coletivos urbanos" e pessoas da classe criativa, elas trazem para si um caráter político. Concordamos com Nogueira (2017) quando afirma que:

[...] há um entendimento de que a autoconstrução coletiva constitui uma solução urbana autônoma com relação ao estado, mas também uma forma de confronto a ele, portanto política, uma vez que expõe seus limites e fraquezas (NOGUEIRA, 2017, p. 35).

Por outro lado, Mcguirk (2015) nos diz que:

Los microproyectos solo tienen impacto significativo más allá de su localización inmediata si son parte de una red de acciones que cubra toda la ciudad (MCGUIRK, 2015, p.76).

O grande problema das ações de "faça você mesmo" é permitir ou encorajar a continuação constante de melhorias do espaço público, por parte dos cidadãos e cada vez menos a participação efetiva do estado no ordenamento dos pequenos espaços, com intervenções pontuais.

Mais que isso, o emprego da força de trabalho, de tempo e de dinheiro destas pessoas engajadas na melhoria destes espaços nos remete a uma exploração econômica ou, talvez, a processos de "espoliação" (KOWARICK, 1979).

O cientista político Kowarick (1979) cunhou a noção de "espoliação urbana" a partir do problema da habitação na cidade de São Paulo afirmando que esta:

[..] é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1979, p. 56).

Ainda que esta espoliação se dê ao nível das relações de trabalho, para o exemplo citado, o autor aponta em sua obra que o estado, que deveria ser o agente gerador e garantidor das demandas sociais, acaba canalizando os seus recursos para o grande capital em detrimento daqueles mais diretamente acoplados à reprodução da força de trabalho, acirrando o processo de espoliação urbana, com a pauperização absoluta dos vastos contingentes sociais, assumindo feições nitidamente autoritárias e repressoras, quando a classe trabalhadora utilizava os seus dias de folga, fins de semana na construção das suas residências em forma de mutirão.

Para Kowarick (1979), estas habitações foram produzidas através de mão de obra não paga, ou seja, um sobretrabalho:

Esta “autoconstrução” enquanto uma alquimia que serve para reproduzir a força de trabalho a baixos custos para o capital, constitui-se num elemento que acirra ainda mais a dilapidação daqueles que só têm energia física para oferecer a um sistema econômico que de por si já apresenta características marcadamente selvagens (KOWARICK, 1979, p. 98).

A origem das ações de “faça você mesmo” estão fortemente articuladas com as pessoas da “classe criativa”, ou seja, arquitetos, designers, jornalistas e artistas. Se os mutirões, em sua maioria são destinados a atender a necessidades básicas em locais negligenciados pelo estado, estas ações de intervenções pontuais, geralmente estão endereçadas a locais destinados mais ao lazer e a sociabilidade.

Estes processos de colaboração e a horizontalidade têm certos limites, ainda que pareçam totalmente democráticos. Apesar de algumas destas ações se apropriarem dos conceitos propostos por Lefebvre (1992) e Harvey (2013), sobre o direito à cidade, é importante destacar aqui que não se pressupõe que todas estas práticas surjam necessariamente como resposta direta a ele. Ademais, como destaca Lefebvre¹⁰:

Una revolución que no da lugar a un nuevo espacio no llega a realizar todo su potencial; embarranca y no genera cambios de vida, tan sólo modifica las superestructuras ideológicas, las instituciones, los aparatos políticos. Una transformación revolucionaria se verifica por su capacidad creativa, generadora de efectos en la vida cotidiana de efectos en la vida cotidiana, en el lenguaje y en el espacio, aunque su impacto no tenga por qué suceder necesariamente al mismo ritmo y con similar intensidad (LEFEBVRE, 1992, p. 112)

As decisões propostas por estas ações sobre o espaço público, passam pelas mãos daqueles que, de certa maneira, podem e querem investir seu tempo nas atividades que são propostas. Mesmo quando o estado não atue diretamente, as desigualdades impostas aos menos favorecidos são camufladas pelas relações de poder na reprodução destas dinâmicas, mas não como uma força revolucionária de melhoria ou transformação do local a receber estas intervenções.

Tomando como exemplo, o caso do urbanismo tático, que é englobado pelas ações de “faça você mesmo” ou *Do It Yourself*, percebemos que esta ação não se coaduna com outras formas mais tradicionais de intervenção espacial, tais como grafites, ocupações etc. Segundo Douglas (2011), o urbanismo tático age em grande parte como uma estratégia pronta, definida em seus manuais do *The Street Plans collaborative*, para a remodelação do espaço urbano de forma pontual, deixando de lado a espontaneidade explícita, tão fortes em outros movimentos de rua.

¹⁰ Uma revolução que não produz um espaço novo não vai até o final dela mesma. Ela fracassa, ela não muda a vida, ela só modifica superestructuras ideológicas, instituições, aparelhos políticos. Uma transformação revolucionária se verifica na sua capacidade criadora de obras na vida cotidiana, na linguagem, no espaço (LEFEBVRE, 1992, p. 112).

Para Douglas (2011) esse tipo de abordagem feita no ambiente construído, não é algo novo, pois é conhecida desde a década de 1960 do século passado, quando o neoliberalismo passou a fazer parte das agendas dos principais países da época, a exemplo da Inglaterra e dos Estados Unidos, e a sua disseminação, sob o discurso de que cada indivíduo deve fazer a sua parte, o que, fortalece a ideia de um “estado mínimo”, com um aporte de investimentos substanciais para o capitalismo financeiro e um desinvestimento na mesma proporção para as políticas públicas sociais.

Isso gera uma reverberação em cadeia, quando ao encorajar-se os cidadãos a se valerem dos seus próprios recursos de tempo e dinheiro, o urbanismo tático torna a participação do estado no ordenamento dos pequenos espaços, de forma coadjuvante e menos efetiva.

É importante destacar que os relatórios disponibilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), neste século XXI, identificam e defendem estas estratégias em diferentes regiões e tipos de cidades. Estas propostas se direcionam às cidades informais, desreguladas, vulneráveis e em crescimento acelerado dos países chamados periféricos, com forte ênfase na mobilização de energias populares, da economia informal ou social, além dos valores comunitários.

Muito embora as atuações de urbanismo tático apresentem uma certa naturalidade e espontaneidade em suas ações, observamos que elas vêm acontecendo de forma semelhante em diversas partes do mundo, com o discurso político da urbanidade. Neste caso, seria ingênuo pensar que esta espontaneidade exclui a possibilidade de que os indivíduos sejam mobilizados a serviço do estado.

O urbanismo tático se caracteriza por ser um fenômeno de ocupação urbana, até mesmo por seu caráter espontâneo e não permanente, porém é necessário distingui-lo dos demais movimentos aqui elencados, tendo como principal característica a sua efemeridade, sendo importante destacá-lo neste artigo, pois nos parece restrito a intervenções em praças e *parklets*, e ocorrem principalmente em áreas centrais das cidades em detrimento das áreas periféricas (LYDON, 2011).

IDENTIFICANDO INTERVENÇÕES URBANAS PONTUAIS EM ÁREAS ABANDONADAS E/OU NEGLIGENCIADAS PELO ESTADO NA CIDADE DE SALVADOR

No final do mês de outubro do ano de 2010, alguns grupos de moradores do Bairro da Pituba se reuniram por conta própria para promoverem a melhoria de três espaços urbanos: a Lagoa dos Patos, a Praça Aníbal Jorge e a Praça Nossa Senhora da Luz. Ainda que reconhecessem o pagamento dos tributos e impostos municipais a exemplo do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), entenderam que, neste caso, a prefeitura não cuidaria destas áreas com o tributo por eles pago, o que geraria uma degradação física, inclusive com acúmulo de lixo na Praça Aníbal Jorge. Conforme pontua a reportagem do jornal Correio da Bahia, datada de 20 de outubro de 2010, os moradores cansados de

esperar pela prefeitura passaram a fazer o serviço de limpeza urbana; segundo depoimento da jornalista Eliana Frazão: “A gente começou fazendo um mutirão no final de março deste ano (2010), com cerca de 30 moradores, para realizar a limpeza do lugar[...]Foram mais de 100 sacos de lixo”, lembra (A TARDE, 2010, p. 2).

Foi criada também uma Associação dos Amigos da Lagoa dos Patos da Pituba (ASALPP) conforme informa Frazão: “Quando me mudei para cá, no começo do ano, a lagoa da praça estava uma sujeira. Era folha, saco plástico, garrafa pet... Tinham patos aqui que sumiram” (CORREIO DA BAHIA, 2010, p. 2).

A partir daí passou-se a cobrar uma taxa no valor de R\$ 3,00 (três reais) aos condôminos de seis edifícios que aderiram à Associação, para que fossem feitos os serviços de limpeza e jardinagem destas áreas, onde um jardineiro e um limpador fazem o trabalho. Após isto, informa ainda a reportagem, nenhum gari apareceu mais nestes locais.

A reativação destes espaços acabou gerando uma empolgação nos moradores que passaram a frequentá-los, conforme relata Márcio Amorim, morador do bairro: “Isso contagia. É legal, ajuda a integrar o bairro” (CORREIO DA BAHIA, 2010, p. 2).

O interessante é que estas ações acabaram reforçando a ideia do “faça você mesmo”, e a assistência do poder público, até então, não mais ocorreu naquela área. Em outro exemplo, na Praça Nossa Senhora da Luz, um grupo de seis condôminos pagavam uma taxa de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para a manutenção do lugar, já que a prefeitura se tornou omissa.

No ano de 2013 (Figuras 1 e 2), a reportagem do Jornal A tarde esteve no mesmo lugar para saber como se encontrava a Praça, após denúncias dos moradores, encontrando sujeira espalhada por toda a área e deterioração de equipamentos como grades e bancos. À época era difícil encontrar pessoas transitando, sendo que os bancos estavam servindo de dormitório para os moradores em situação de rua. “Isso aí é nosso dinheiro. A gente trabalha, paga imposto e tudo fica abandonado”, reclamou Eunice Custódio, comerciante do bairro há 15 anos (A TARDE, 2013, p. 3).

Figuras 1 e 2: Praça Nossa Senhora da Luz – Bairro Pituba – Salvador-Ba, em dois momentos.

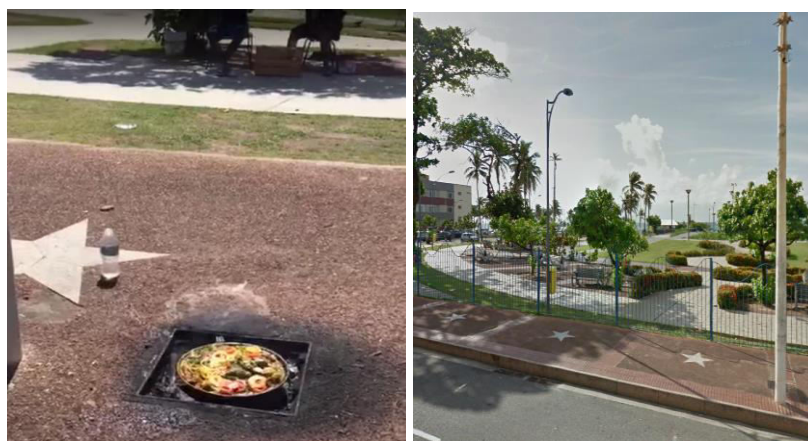


Fontes: Figura 1 (Jornal A tarde, 2010), Figura 02 (CALDAS, 2013)

Está claro que estas ações de intervenções pontuais, não são suficientemente fortes para modificar o cenário a curto e médio prazos. Sem a manifestação do poder público, esta praça continuou apresentando sérios problemas de estrutura física e manutenção. Neste caso, segundo a reportagem, o senhor Ivanilson Gomes, à época Secretário da pasta para cidade sustentável, informou que estudos estavam sendo feitos para o projeto de requalificação com o apoio de diversas empresas do setor privado, tendo como contrapartida da prefeitura a cessão de espaço para colocação de placas de propagandas em lugares estratégicos da Praça.

No ano de 2017 (Figuras 3 e 4), um morador do bairro, filmou uma cena inusitada nesta praça: um morador de rua improvisou um “fogão” no chão da praça. O cidadão que preferiu não se identificar, não acreditava no que estava vendo, chegando a se manifestar: “Vocês vão ver agora uma coisa inusitada que só acontece aqui na Bahia. Eu estou aqui e o mendigo está aqui fazendo uma moqueca na rua” (morador não identificado, 2017).

Figuras 3 e 4: Morador de rua aproveita a calçada da Praça Nossa Senhora da Luz – Bairro Pituba – Salvador-ba, que se encontrava degradada e abandonada para fazer uma “moqueca”



Fontes: Figura 3 (ISTO É BAHIA, 2017), Figura 4 (CALDAS, 2017)

No ano de 2014 no site do CAU-BA, uma ação recebeu destaque: era o movimento denominado “Canteiros Coletivos”. A reportagem informava que o movimento surgiu em 2012, em função dos debates sobre a cidade do Salvador nas redes sociais. A principal ideia era a de reunir moradores de diversos bairros para ações de intervenção e transformação de espaços públicos degradados, organizando mutirões de limpeza, plantio e intervenção artística. Em um ponto da reportagem, a Coordenadora do Movimento, Débora Didoné, informava que a adesão a estas práticas era bastante rotativa, sendo que algumas pessoas ficavam um tempo, depois se afastavam até retornarem novamente. Este projeto contava na época com a parceria do escritório modelo de arquitetura da UFBA (CAU-BA, 2014). Em janeiro de 2018, esse mesmo movimento promoveu uma oficina de jardinagem, cobrando o valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais). Na reportagem não se informou qual a destinação deste valor, porém, observou-se que estes movimentos não se manifestaram em outras áreas da cidade, a exemplo de bairros periféricos da cidade de Salvador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso compreender que os interesses intrinsecamente ligados ao aparelho produtivo que se apropria do “campo urbano”, ou seja, do urbanismo como elemento de gestão, acaba por se enquadrar dentro de uma sociedade biopolítica e a ela direcionar o que interessa ou não ao estado, como instrumentalizadora das políticas públicas para atendimento dos interesses do setor produtivo em detrimento de uma classe mais vulnerável.

Compreendemos que quem detém o poder (a biopolítica), se utiliza de diversas estratégias para consolidá-lo. Estas estratégias, ou instrumentos de capturas, até então, são artifícios utilizados para serem empregados a serviço de uma exterioridade distinta. Para a operacionalização destas estratégias, a biopolítica se revela, dentre outras coisas, através do consumo. Mas aquele consumo que transforma o espaço em mercadoria.

O espaço urbano passa a desempenhar um papel estratégico na reprodução do capital, especialmente quando o reconhecemos manipulado e restrito a certos grupos de interesse específico. Abordam-se questões da relação paisagem urbana e poder, enquanto estruturadores do espaço da cidade e os significados e contribuições da arquitetura e urbanismo neste processo de produção da paisagem urbana como um produto deste poder.

Se o controle do estado se dá por certos grupos que defendem as práticas neoliberais através do uso de estratégias para se consolidar no poder, de forma oposta à estratégia, os cidadãos mais prejudicados se valem de táticas. A tática que é a ferramenta do marginalizado ou vulnerável nos remete a uma questão de sobrevivência a partir de inúmeros artifícios, sendo que nos exemplos mostrados neste artigo, não identificamos que estas atividades ocorressem em áreas periféricas da cidade e sim em áreas centrais ou aquelas que já possuem uma boa estrutura urbana. Fica claro que estas ações estão muito distantes daquelas propostas por Certeau, e o seu uso como táticas urbanas acabam se desvirtuando.

Se é preciso enquadrar estas ações em uma apreciação, destacamos aqui um grupo de pessoas que se apropriaram do termo “tática urbana”. O desvirtuamento do conceito, acabou por receber uma nova nomenclatura: o urbanismo tático. Esta abordagem, segundo Lydon (2011), leva em conta as intervenções utilizadas para revigorar em pequena escala urbana as ruas, praças, monumentos etc., em um prazo muito curto e com baixo custo financeiro envolvendo pequenos atores locais que podem ou não estar vinculados à máquina pública.

O significado real destas pequenas intervenções acaba sendo incentivado pelo próprio estado em função deste transferir a sua responsabilidade de provedor e gestor, para organismos não governamentais ou pessoas ligadas a grupos que desejam de algum modo obter um benefício destes espaços outrora abandonados ou degradados.

O uso de ações do tipo “faça você mesmo”, reforça a ideia de que o estado tem que intervir muito pouco nestas questões, passando a se distanciar dos problemas mais comuns das cidades e a se aproximar dos setores ditos produtivos, levando os instrumentos de infraestrutura a se converterem em lucros, como uma moeda de troca, em atendimento às propostas neoliberais de estado mínimo.

É interessante perceber que o discurso do estado mínimo leva alguns grupos a praticarem iniciativas que a princípio parecem inovadoras e assertivas. Estas ações acabam levando pessoas comuns e as ditas da “classe criativa” a se articularem no espaço público com o argumento de que é necessário a promoção de atuações de remodelação pontual de espaços anteriormente abandonados ou negligenciados, em locais mais propícios ao convívio social e a vida coletiva, incentivando a adoção de espaços criativos, recuperação de pequenas áreas negligenciadas ou espaços públicos de usos alternativos.

Apesar da abordagem do urbanismo tático ser direcionada a um contexto americano, observamos a sua replicação em outros locais do mundo, inclusive nos países sul-americanos, incluindo aí o Brasil, reforçando a tese de que as bases de uma agenda neoliberal foram implantadas, com as devidas justificativas para a autogestão do espaço urbano.

Presume-se que as ações do urbanismo tático se aproximam de um modelo neoliberal alternativo de intervenção urbana, porém, ainda não está muito claro se estas atuações de fato resolvem os problemas encontrados neste espaço a exemplo das intervenções pontuais.

Para o caso do urbanismo tático primeiramente é preciso lembrar que a mera possibilidade aberta para que qualquer pessoa integre as dinâmicas propostas não implica necessariamente em uma participação efetiva de todos: nem todos dispõem de tempo e recursos materiais para investir na construção coletiva de praças. Disto resulta que apenas algumas pessoas tomem parte nos processos decisórios ali envolvidos, de modo que sua vontade acaba fatalmente sendo imposta aos demais usuários, passantes e vizinhos. Estes processos colaborativos e a horizontalidade tem limites, ainda que pareçam totalmente democráticos.

Para os exemplos citados na cidade do Salvador, fica indubitavelmente explícito que o espaço urbano para aqueles que não fazem parte de uma rede econômica e financeira rentáveis ao estado, nada têm de democrático; além disso, não se comprova que estas relações entre as pessoas comuns que tentam modificá-lo provoquem um efeito positivo a médio e longo prazos em função destas intervenções pontuais não solucionarem efetivamente os problemas da falta de infraestrutura urbana.

REFERÊNCIAS

- BALEM, T. Micro urbanismo efêmero: entre táticas de construir e revelar a cidade. In: *Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, São Paulo, 2017.
- BISHOP, P.; WILLIAMS, L. *The temporary city*. London: Routledge, 2012.
- BRASIL. *Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana*. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.
- BRENNER, N. Seria o urbanismo tático uma alternativa ao urbanismo neoliberal? *Revista eMetropolis*, n. 27, a.7, dez. 2016. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/201/original/emetropolis_27_capa.pdf?1485998522>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- CALDAS, S. Praça Nossa Senhora da Luz. Disponível em: <<https://kekanto.com.br/biz/praca-nossa-senhora-da-luz/fotos/171837>>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU-BA. Movimento Canteiros Coletivos promove revitalização de espaços públicos degradados, 2014. Disponível em: <<http://www.cauba.org.br/movimento-canteiros-coletivos-promove-revitalizacao-de-espacos-publicos-degradados/>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DELEUZE, G.; GUATARRI, F. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34. 1995.
- DOUGLAS, G. DIY Urban Design, From Guerrilla Gardening to Yarn Bombing. Disponível em: <<https://www.good.is/slideshows/diy-urban-design-from-guerrilla-gardening-to-yarn-bombing>>. Acesso em: 21 jun. 2017.
- _____. Do it Yourself Urban Design in the Help Yourself City. In: C. L. Ho e G. Douglas. *Spontaneous Interventions: Design Actions for the Common Good*. Washington: Architect/Hanley Wood, 2011.
- HARVEY, D. *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*. New York: The Museum of Modern Art, 2013.
- HOU, J. *Insurgent public space: Guerrilla Urbanism and the Remarking of Contemporary Cities*. New York: Routledge, 2010.
- ISTO É BAHIA. morador de rua improvisa 'fogão' e cozinha moqueca em chão de praça na Pituba. Disponível em: <<https://www.bocaonews.com.br/noticias/principal/geral/193780,isso-e-bahia-morador->

- de-rua-improvisa-fogao-e-cozinha-moqueca-em-chao-de-praca-na-pituba.html>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- JORNAL A TARDE. Cenário de degradação sobressai na Pr. Nossa Senhora da Luz. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1501465-cenario-de-degradacao-sobressai-na-pr-nossa-senhora-da-luz>>. Acesso em: 17 mar. 2018.
- JORNAL CORREIO DA BAHIA. Moradores da Pituba se reúnem e decidem tomar conta de praças públicas. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/moradores-da-pituba-se-reunem-e-decidem-tomar-conta-de-pracas-publicas/>>. Acesso em: 21 mar. 2018.
- LAZZARATO, M. Capitalismo cognitivo e trabalho imaterial. Revista Carta Maior. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Capitalismo-cognitivo-e-trabalho-imaterial/12/12131>>. Acesso em: 23 ago. 2018.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1992.
- LENAIN, P. *O Fundo Monetário Internacional*. São Paulo: Manole, 2004.
- LERNER, J. *Acupuntura Urbana*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LYDON, M. *Tactical Urbanism 1: Short-term Action for Long-term Change*. v. 1. Washington: Island Press, 2011.
- MCGUIRK, J. *Ciudades Radicales: Un viaje a La nueva arquitectura latinoamericana*. Madrid: Turner Publicaciones, 2015.
- NOGUEIRA, P. C. E. Urbanismo tático e intervenções urbanas: aderências e deslizamentos. *Revista Arcos Design*, v. 10, p. 89-101, 2017.
- RING, K. (org.). *Self Made City*. Berlin: Editora Jovis, 2013.
- ROSA, M. *Micro: Planejamento Práticas urbanas criativas*. São Paulo: Editora de Cultura, 2011.
- SAFATLE, V. Não existem liberais no Brasil. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=zGaic2wPWml>>. Acesso em: 17 mar. 2018.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano (75-103). In: Arantes, O; Vainer, C; Maricato E. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.